



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Salvador, Desembargador Ricardo Paes Barreto*

076

**Agravo de instrumento nº 187077-5 – Comarca do Recife**

**Agravante:** Fundação Getúlio Vargas - FGV.

**Agravadas:** Tatiane Fernandes Teixeira e outros.

5526

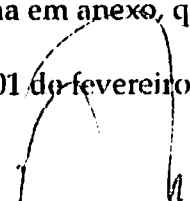
**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO DE GESTOR. PROVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA. PONTO DE CORTE. 50% DE ACERTOS EM CADA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE MATEMÁTICA EM FACE DO NÚMERO ÍMPAR DE QUESTÕES FORMULADAS. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DESARRAZOADA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA. 1. Norma editalícia que estabelece como "ponto de corte" o patamar mínimo de 50% de acertos em cada disciplina componente de prova objetiva. 2. Constatada a impossibilidade material de se alcançar o percentual de rendimento mínimo exigido em face do número ímpar de questões formuladas. 3. Interpretação do edital nos seguintes termos, têm-se por aprovado aquele que alcance a nota mínima, desprezando-se a parte não inteira, diante da impossibilidade matemática de obtenção de fração na prova objetiva. 4. Precedente do STJ. 5. Agravo de instrumento improvido por maioria de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo instrumento nº 187077-5, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada na data de 28/01/2010, por maioria de votos, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, e do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 01 de fevereiro de 2010

  
Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Agravo de instrumento nº 187077-5 - Comarca de Recife  
Agravante: Fundação Getúlio Vargas - FGV.  
Agravados: Tatiane Fernandes Teixeira e outros.

RELATÓRIO

Como relatório, adoto o da decisão interlocutória desta relatoria, acrescentando que o pedido de efeito suspensivo foi indeferido, mantendo-se assim os agravados no Concurso Público para o cargo de Analista em Gestão Administrativa.

Não houve contrariedade.

Parecer da Procuradoria de Justiça, de fls. 160/168, pelo improvimento do presente recurso.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 19 de janeiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Gabriel Desembargador Ricardo Paes Barreto*

143  
078  
m

**Agravo de instrumento nº 187077-5 - Comarca do Recife**

**Agravante:** Fundação Getúlio Vargas - FGV.

**Agravados:** Tatiane Fernandes Teixeira e outro.

**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Cuida-se de agravo de instrumento em face de decisão interlocutória que deferiu a liminar, no sentido garantir a manutenção dos agravados no Concurso Público para provimento dos cargos de Analista em Gestão Administrativa.

Em suas razões, de fls. 02/32, o agravante alega a preliminar de nulidade da decisão, ante a necessidade de formação do litisconsórcio necessário com os demais candidatos e, no mérito, defende a regularidade da desclassificação dos agravados do certame ora questionado, posto que obtiveram percentual de acertos em cada matéria componente da prova objetiva insuficiente para livrar o ponto de corte, nos precisos termos do edital.

Pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso, e no mérito requer o seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Acosta documentos de fls. 19/57.

Feito o sucinto relato, decido monocraticamente.

Em juízo de admissibilidade do recurso, observo que o presente agravo atende às disposições dos arts. 522 e 525, ambos do CPC, passando, deste modo a processá-lo nos termos da lei.

A entidade organizadora, preliminarmente, aponta a necessidade de integrar a lide como litisconsortes necessários os demais candidatos, tendo em vista que a eventual procedência da pretensão dos ora agravados inequivocamente afetaria seus interesses.

É de se mencionar, entretanto, que o certame em referência ainda se encontra em curso, sem portanto a divulgação do seu resultado final, de forma que os demais candidatos não podem ser tratados como aprovados para fins de integrar o pólo passivo da presente lide como se fossem defender eventual direito de precedência à nomeação.

Feitas estas considerações, rejeito a preliminar arguida

Quanto ao mérito, verifico que os agravados submeteram-se ao Concurso Público para provimento dos cargos de Analista em Gestão



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Agravo de instrumento nº 187077-5 - Comarca de Recife**

**Agravante:** Fundação Getúlio Vargas - FGV .

**Agravada:** Tatiana Fernandes Teixeira e outros.

**VOTO**

Verifico que os agravados submeteram-se ao Concurso Público para provimento dos cargos de Analista em Gestão Administrativa, não logrando êxito no certame em tela, posto que não obtiveram nota mínima de 50% (cinquenta por cento) de acerto nas questões formuladas.

É lícito afirmar que, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se obrigatória a aprovação prévia em concurso público para o provimento de quaisquer cargos ou empregos na Administração direta ou indireta, a qual é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos, tendo, ainda, o poder de a todo tempo, alterar as condições e requisitos de admissão dos concorrentes, para melhor entendimento do interesse público.

Nesse passo, como o edital é a lei interna do certame e que sua estrita observância garante a objetividade da atuação administrativa, merece destaque a disposição editalícia contida no subitem 9.3 do certame em apreço, que assim dispõe:

9.3. Será eliminado do concurso o candidato que não obtiver pelo menos 50% (cinquenta por cento) de acertos em cada disciplina da prova objetiva ou 50% (cinquenta por cento) em cada questão da prova discursiva.

Ocorre que os agravados não alcançaram o percentual mínimo legal de 50% (cinquenta por cento) de acerto nas disciplinas "Raciocínio-lógico" e "Administração" referente à prova objetiva, uma vez que acertaram, respectivamente, apenas 07 (sete) e 12 (doze) das questões que compunham cada matéria.

No entanto, observo, aparentemente, a impossibilidade material de se alcançar o percentual de rendimento mínimo exigido para aprovação naquelas disciplinas, vez que a mesma apresentou números ímpares de questões formuladas.

Nesse passo, para se alcançar o percentual de 50% (cinquenta por cento) exigido para fins aprovação no concurso em tela, o candidato deveria obter nota 7,5 (sete e meio), na disciplina Raciocínio-lógico, e nota 12,5 (doze e meio) na disciplina Administração, resultado que se apresenta matematicamente inviável, posto que a prova objetiva do referido certame

020  
176  
R

realizou-se no sistema de múltipla escolha, sendo atribuída a cada questão 1 (um) ponto, a teor do item 12.1.1 do edital.

Logo, diante da impossibilidade do candidato obter o percentual mínimo, por óbice matemático, têm-se por aprovado aquele que alcance a nota mínima, conforme prevê o edital, desprezando-se a parte não inteira, em face da impossibilidade matemática de obtenção de fração em prova objetiva.

Nesse mesmo diapasão, a jurisprudência do STJ e desta Corte de Justiça, conforme aresto abaixo ementado:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUDITOR FISCAL DO TESOUREIRO NACIONAL. CURSO DE FORMAÇÃO. PROVA OBJETIVA. PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO NO REGULAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Conforme precedente desta Corte, é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas. 2. Recurso conhecido e provido (REsp 488004/PI, T6, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ de 25/04/2005).

Ademais, perlustrando os autos, verifico a inexistência de previsão editalícia no que tange a forma de cálculo da nota nos casos de disciplinas com números ímpares de questões.

Assim sendo, diante da impossibilidade de se aferir aos agravados meio ponto em prova objetiva com questões ímpares, o que inviabilizaria o alcance do percentual mínimo exigido no item 9.3 do edital em apreço, em observância ao princípio da isonomia e da interpretação lógica mais favorável, entendo que o candidato que obteve o acerto de 07 (sete) questões na prova de Raciocínio-lógico e de 12 (doze) questões na prova de Administração deve lograr êxito nas referidas matérias.

Feitas estas considerações, voto pelo improvimento do presente agravo de instrumento.

É como voto.

Recife, 28 de agosto de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
Relator



179  
081  
R

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0187077-5  
AGRAVANTE: Fundação Getulio Vargas - FGV  
AGRAVADO: Tatiana Fernandes Teixeira  
RELATOR: Des. Ricardo Paes Barreto

VOTO

O Edital do certame exige a obtenção de "**pelo menos 50% (cinquenta por cento)** de acertos em cada disciplina da prova objetiva".

Esse seria, pois, o **nível mínimo** de acertos para que o candidato fosse considerado classificado para a etapa seguinte do concurso – o que, no caso, correspondia a ter suas provas discursivas corrigidas.

A *contrario sensu*, é de se concluir que a obtenção de pontuação abaixo desse nível resultaria na não-classificação e, via de consequência, na eliminação do candidato do concurso.

Deveras, o acerto em número inferior representaria o acerto de menos do que a metade das questões e, portanto, o não-atendimento da exigência editalícia em comento.

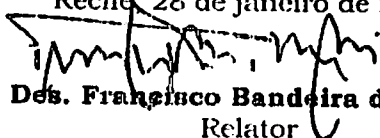
Assim, não visualizo nos autos discussão acerca da legalidade ou ilegalidade da regra inserida no edital do concurso. É que, tratando-se de ato administrativo que comporta certo grau de discricionariedade, o controle pelo Judiciário cinge-se à análise dos critérios de legalidade ou proporcionalidade (os demais elementos que compõem o chamado "mérito administrativo" não devem ser invadidos por este Poder Judiciário, sob pena de desequilíbrio no sistema de freios e contrapesos que é pedra angular de nosso sistema republicano).

Pode-se questionar se a regra é boa ou má sob a ótica da técnica de seleção, mas isso não deriva em mácula quanto à legalidade, à luz do nosso sistema jurídico.

Nesses termos, e ausente qualquer alegação de ilegalidade da regra editalícia que se pretende afastar, tenho que a regra em lume é lícita e perfeitamente possível de ser literalmente aplicada, inclusive às matérias com número ímpar de questões.

Ante o exposto, voto pelo **provimento** do recurso, com a conseqüente cassação da liminar deferida em primeiro grau.

Recife, 28 de janeiro de 2010.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator